

Protocolo de Cooperação
para a Elaboração do Livro Branco do Sector Empresarial Local

Ao abrigo do regime jurídico do sector empresarial local, Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, têm vindo a ser constituídas empresas de nível municipal, intermunicipal e metropolitano, para desenvolvimento de actividade em sectores diversos, designadamente para promoção de actividades de interesse geral, de desenvolvimento económico local e regional e de gestão de concessões.


Decorridos três anos de vigência deste novo regime, reportada a 1 de Janeiro de 2007, importa monitorizar a sua aplicação, mediante a caracterização do universo empresarial local e avaliar o seu impacto na economia e nas finanças locais, bem como as suas implicações a curto, médio e longo prazos.

A diversidade das questões que se afiguram associadas ao sector empresarial local aconselha a constituição de uma comissão de acompanhamento, a integrar por personalidades com conhecimentos e competência publicamente reconhecidos, que, com o apoio de uma equipa técnica, efectuará o referido diagnóstico do sector empresarial local, dando origem ao estudo que se designará «Livro Branco do Sector Empresarial Local».

Para levar a bom termo este projecto, entende o Governo ser imprescindível poder contar com o empenho e a participação dos municípios, através da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

Assim:

1



O Governo, através do Ministro da Presidência, e os municípios, através da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), celebram o presente protocolo de cooperação, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

O Governo e a ANMP acordam cooperar na realização de um estudo com vista à caracterização do universo empresarial local e avaliar o seu impacto na economia e nas finanças locais, bem como as suas implicações a curto, médio e longo prazos, estudo esse que se designará «Livro Branco do Sector Empresarial Local», nos termos previstos no presente Protocolo.

Cláusula 2ª

O estudo referido na cláusula anterior deverá:

- a) Proceder à caracterização do sector empresarial local existente;
- b) Elaborar um diagnóstico económico e financeiro e suas implicações a curto, médio e longo prazos;
- c) Avaliar o quadro legal existente e a sua adequação;
- d) Identificar perspectivas de desenvolvimento futuro do sector empresarial local;
- e) Apresentar recomendações ou propostas, nomeadamente legislativas.

Cláusula 3ª

1. Nesse âmbito será constituída, através de Resolução do Conselho de Ministros, uma comissão de acompanhamento, à qual competirá:

- a) Acompanhar a elaboração do Livro Branco do Sector Empresarial Local;
 - b) Ouvir personalidades e especialistas do sector; e
 - c) Elaborar um conjunto de conclusões, propondo eventuais medidas, nomeadamente legislativas, para a sustentabilidade do sector.
2. O trabalho da comissão referida será desenvolvido com o apoio de um serviço técnico, prestado através de instituição do ensino superior a contratar para o efeito pelo Governo e que reporta à comissão.
3. A comissão pode, ainda, para o desempenho das funções que lhe são cometidas:

- a) Obter dos serviços públicos todas as informações e documentação neles disponíveis relacionadas com o seu mandato;
- b) Recolher a opinião de especialistas e personalidades, de instituições, de parceiros e de organizações económicas e financeiras sobre medidas a adoptar, contanto que tais não acarretem encargos para a comissão ou para o Estado;
- c) Convidar outros especialistas, nacionais ou estrangeiros, a participar nos seus trabalhos, desde que não acarretem encargos para a comissão ou para o Estado.

Cláusula 4ª

1. A comissão de acompanhamento será constituída por nove elementos, sendo dois indicados pela ANMP;

3
H.P.D.

2. O mandato da Comissão tem a duração de nove meses a contar da data da sua designação, extinguindo-se no termo desse prazo ou com a conclusão dos respectivos trabalhos, sem prejuízo da sua eventual prorrogação nos termos aplicáveis.

Cláusula 5ª

O trabalho da comissão de acompanhamento não é remunerado, salvo no que respeita aos membros da comissão que não dispõem de qualquer relação funcional com a administração pública, aos quais é devida compensação através de senhas de presença para suportar os encargos com deslocações.

Em Lisboa, aos 8 de Junho de 2010,

O Ministro da Presidência



(Pedro Silva Pereira)

O Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses

